

## Religiosidades africanas e comunidades negras em Laranjeiras (Sergipe, 1860-1910)<sup>1</sup>

Sharyse Piroupo do Amaral  
Profª Adjunta UEFS  
[sharyse@uol.com.br](mailto:sharyse@uol.com.br)

Nessa comunicação analiso os papéis sociais de lideranças africanas residentes em Laranjeiras (Sergipe) para as comunidades negras nos últimos anos da escravidão e primeiros anos do pós-abolição. Busquei perceber as redes de identidade e de solidariedade entre africanos e crioulos, libertos e escravos que se auxiliavam na passagem da escravidão à liberdade, fosse através da busca de moradia, nas demandas judiciais, no cuidado das doenças do corpo e do espírito, ou ainda na procura de formas mais autônomas de ganhar a vida após a liberdade. A pesquisa em séries documentais variadas -inventários, testamentos, cartas de alforria, livros de notas e testemunhos orais - abordadas através da metodologia de “ligação nominativa” permitiu perceber uma cultura negra em gestação, com forte presença africana.

Palavras-chave: Africanos – Libertos – Identidades

É um lamento comum entre os estudiosos da escravidão, a dificuldade em encontrar o liberto na documentação. Uma vez saído do cativeiro, o ex-escravo adquiria um sobrenome. Em geral, tomava o sobrenome do ex-senhor, ou do local onde nascera, ou ainda de alguma devoção católica. Na maioria das vezes, a documentação da segunda metade do século XIX não especifica se o indivíduo possuidor de sobrenome foi escravo, o que dificulta enormemente saber como viviam os libertos.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Essa comunicação tem por base o último capítulo de *Escravidão, Liberdade e Resistência na Cotinguiba: Sergipe, 1860-1888* (Tese de Doutorado, UFBA, 2007) e contou com financiamento da Capes.

<sup>2</sup> Dentre os estudos que abordaram os libertos brasileiros ver para o contexto baiano Maria Inês Cortes Oliveira, *O liberto, seu mundo e os outros*, Salvador, Ed. Corrupio, 1988; Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade*; e Wlamyra Albuquerque, *O jogo da dissimulação*, São Paulo, Companhia das Letras, 2009. Para o Sudeste, além do trabalho de Hebe Mattos, *Das cores do silêncio*, ver também Maria Cristina Wissenbach. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*, São Paulo, Hucitec, 1998; Regina Célia Lima Xavier *A conquista da liberdade. Libertos em campinas na Segunda metade do século XIX*, Campinas, CMU-UNICAMP, 1996;

Apesar das dificuldades em encontrar os libertos na documentação, há situações em que eles foram especificados com mais frequência. Em geral, isto aconteceu quando se tratava de inventários e testamentos de africanos com bens de raiz, ou com heranças vagas (sem herdeiros). Através do cruzamento das informações contidas em inventários e testamentos de negros foi possível visualizar as redes de relacionamento e solidariedade, formadas ainda durante a vigência da escravidão. Optei pelo estudo da comunidade negra de Laranjeiras, por poder contar com os depoimentos de Bilina Araújo, mãe Bilina, yalorichá do Terreiro Santa Bárbara Virgem, concedidas a Beatriz Góis Dantas na década de 1970. A história oral neste caso foi um importante guia para a pesquisa documental nos acervos judiciais.

A criação de um banco de dados e o uso da metodologia de ligação nominativa permitiu perceber que a presença de alguns indivíduos era recorrente nos inventários e testamentos de negros, africanos e crioulos, todos libertos. Eram eles os africanos Henrique Luís Dantas, Herculano Barbosa Madureira, José Carlos da Costa (vulgo Sapucary) e Lázaro Barbosa Madureira. Essas pessoas aparecem nas contas dos inventários organizando a distribuição de bens dos falecidos, pagando suas dívidas, cuidando dos doentes enquanto ainda viviam, se responsabilizando pela encomendação do corpo e pelo enterro e ainda alugando casas e canoas, arrendando sítios a outros africanos, emprestando dinheiro para o começo da vida dos libertos. Foi possível constatar também uma grande preocupação dos testadores com a forma como seriam enterrados, daí a importância e a presença de lideranças religiosas nesses documentos.

Henrique, Herculano, José Carlos e Lázaro apareciam na documentação ocupando posições de destaque, como inventariantes e testamenteiros dos falecidos patrícios. Além da repetição desses nomes, também me chamou a atenção o fato dos falecidos serem todos moradores na rua do Cangaleixo, da Poeira ou do Porto dos Oiteiros. A rua da Poeira e do Cangaleixo eram paralelas e algumas casas possuíam a frente para uma rua e os fundos para outra, formando um verdadeiro território afro.

Os dois primeiros africanos citados Henrique Luís Dantas e Herculano Barbosa Madureira foram os dois primeiros babalorixás do terreiro nagô Santa Bárbara Virgem, citados por Bilina, enquanto que José Sapucary, era, segundo o mesmo depoimento, a principal liderança malê de Laranjeiras.

No conjunto documental que serviu como fonte para este estudo, não encontrei uma única referência à existência de *candomblés*, *xangôs* ou *calundus*.<sup>3</sup> Já o termo *samba* e *batuque* marcaram presença tanto na correspondência policial, quanto na documentação judiciária. É possível que, em muitos casos, os sambas e batuques testemunhados pelas autoridades fossem, na verdade, *cerimônias religiosas*. Em outros podia tratar-se de puro divertimento. Nos dois casos, no sagrado e no profano, tais ocasiões serviam para estreitar laços entre escravos e libertos, ao incentivar um sentimento de pertencimento a uma comunidade, que freqüentemente se traduzia em exercícios de resistência cultural.

As entrevistas feitas por Beatriz Dantas, na década de 1970, a Umbelina Araújo, ou mãe Bilina, *aloxa*<sup>4</sup> do terreiro *nagô* Santa Bárbara Virgem, sugerem ser este o primeiro terreiro de *candomblé* da região, fundado no final do século XIX pelos africanos *nagôs* que residiam em Laranjeiras. De acordo com o depoimento de mãe Bilina, a primeira sede do terreiro teria sido criada por “Ti Henrique”, em uma casa na nossa já conhecida rua do Cangaleixo. Quando este morreu, provavelmente no final do século XIX, assumiu a chefia do terreiro um outro africano, de nome Herculano, que transferiu o terreiro para um sítio na Comandaroba. Transcrevo abaixo trecho do depoimento de Mãe Bilina feito à Beatriz Dantas:

Ti Herculano era um *nagô*, mas o primeiro *beg*, o fundador mesmo do terreiro dos *nagô* aqui de laranjeiras, foi Ti Henrique. De Ti Henrique passou para Herculano, e dele para eu. [...] Ti Henrique, o primeiro *beg*, eu não alcancei. Ele era *malungu* de minha avó. Ele fundou o terreiro na rua do Cangaleixo. Primeiro era lá. Que até *vovó* morou trinta e cinco anos com a mulher dele. *Vovó* era escrava no Tanque do Moura (fazenda) e depois ficou *viúva* e veio *s’embora* pra Laranjeiras, e morou lá. Que quando Ti Henrique morreu, o terreiro ficou pra Ti Herculano, que mudou ele pra Comandaroba. Agora os santos de Ti Henrique ficou na casa da rua do Cangaleixo. [...] Eu não

---

<sup>3</sup> O termo *calundu* foi amplamente utilizado no século XVIII para denominar as práticas religiosas de origem africana. Já o termo *candomblé* tornou-se popular no século XIX, substituindo o termo *calundu*. A esse respeito, ver Parés, *A formação do candomblé*, p.109-115 e Renato da Silveira, *O candomblé da Barroquinha*, cap. 3. O termo *xangô*, como sinônimo de terreiro, era utilizado em Alagoas e Pernambuco.

<sup>4</sup> Título da mãe de santo do Terreiro Santa Bárbara Virgem, em Laranjeiras, abreviação de *yalorixá*. Ver Beatriz Góis Dantas, *Vovô nagô, papai branco: usos e abusos da África no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1998.

alcansei Ti Henrique. Agora, Ti Herculano eu alcancei. Era um africano de muita ciência. Um nagô grande e forte que morava lá na Comandaroba. A casa era bem grande e ficava no meio de um sítio. Era gente de posse. Tinha salina, criava muito porco. A gente dançava era dentro da casa. Tinha um salão enorme. Cabia todo mundo. E nesse tempo tinha era muito filho de santo. Tinha ainda muito africano.<sup>5</sup>

Bilina não fez referência aos sobrenomes dos africanos que citou, talvez por achar desnecessário, haja vista que não deviam ser muitos os africanos que ainda restavam quando ela era criança, e os nomes mais comuns vinham acompanhados de algum tipo de alcunha que os identificava, talvez mais do que o sobrenome do antigo senhor.

O africano Herculano, antecessor de Bilina no terreiro, e que ela chegou a conhecer quando criança trata-se de Herculano Barbosa Madureira. No seu inventário consta que ele faleceu em 1907, deixando esposa, sete filhos e um neto. A prova cabal de que era a mesma pessoa foi dada por Beatriz Dantas, que gentilmente me cedeu anotações da época em que pesquisou para o seu livro, nas quais consta que a esposa de Tio Herculano se chamava Bernarda, mesmo nome que consta no inventário. Quando este morreu possuía o sítio Comandaroba, em terras ao lado da cerca do engenho Comandaroba, situado no subúrbio de Laranjeiras, avaliado em 950 mil réis (juntamente com casa e duas casinhas), o sítio Salinas, no mesmo valor, e três casinhas na rua do Porto dos Oiteiros (duas delas antes pertencentes à Bibiana), que valiam entre 50 e 100 mil réis. Seus bens somavam 2 contos e 66 mil réis, dos quais dois contos eram relativos a bens de raiz.

É interessante a descrição do sítio da Comandaroba, no qual existia uma “casa de morar com dois vãos e um corredor”, além de duas casinhas, com uma porta e uma janela, uma delas pequenina e arruinada, e outra, segundo o avaliador, morada de um de seus filhos. Os fundos do terreno davam para o rio Cotinguiba. Este parece ser o terreiro

---

<sup>5</sup> Dantas, *Vovô nagô*, p. 66. Não consegui identificar o significado do termo “beg”. Agamenon Oliveira, em estudo sobre os candomblés sergipanos, fala em “obegmare” ou “bequimare”, *Candomblé sergipano: subsídios para sua história*, Aracaju, SEEC, 1978. Consultei Nicolau Parés sobre esses termos, ele afirmou desconhecer estes títulos mas, baseado na palavra iorubana “òbé” ou “obé”, que significa faca, e na expressão “obé bara”, “faca que mata”, levantou a hipótese de que pudesse se tratar do responsável pelos sacrifícios, correspondente ao “axogum” no candomblé baiano.

descrito por Bilina, “cuja casa era bem grande” e “tinha um salão enorme. Cabia todo mundo”. O que Bilina chamou de salão, foi visto pelos avaliadores como “vão” e eram dois, talvez um onde se realizasse a parte pública dos rituais e outro onde se recolhiam os membros em transe. Desnecessário dizer a importância de ter um rio passando na propriedade para a realização de ritos religiosos. O enterro de Herculano evidencia o seu prestígio, pois foram investidos 350 mil réis, gastos não especificados.

Na lista de inventariados de Laranjeiras, da segunda metade do século XIX, excetuando-se os africanos Herculano e Lázaro, consta apenas um indivíduo com o sobrenome Barbosa Madureira. Tratava-se do dr. José Nunes Barbosa de Madureira Cabral, falecido em 1863. José Nunes deixou três netos, uma fortuna de 166 contos de réis, diversas propriedades na Bahia e 51 escravos. Destes, 24 ficaram livres em testamento, enquanto para outros tantos deixou algum dinheiro, que variou de 20 a 80 mil réis. No ato do inventário, 15 escravos apresentaram o valor em que foram avaliados e compraram a liberdade, situação deveras inusitada, significando acesso à renda. Talvez fossem meeiros. Os doze que continuaram escravos foram deixados para sobrinhos e afilhados - parece que José Nunes não quis legar seus escravos para os netos. Talvez fosse abolicionista e tenha, em vida, facilitado a vida de seus escravos para que estes acumulassem o pecúlio com que pagaram as alforrias. Dentre os 51 escravos, um certo Lázaro, africano de 45 anos, foi libertado em testamento, enquanto outro africano, de nome Herculano, de 40 anos, pagou os 800 mil em que fora avaliado, tornando-se liberto. Provavelmente se tratava dos libertos Lázaro e Herculano, ambos de sobrenome “Barbosa Madureira”.

Se o Herculano que pertencera a José Nunes, for o mesmo “ti Herculano”, ou Herculano Barbosa Madureira, como acredito, quando morreu tinha cerca de 84 anos de idade e 44 anos de liberdade. Tempo suficiente para juntar a pequena fortuna que deixou para seus herdeiros e para se estabelecer como liderança religiosa, auxiliando escravos nas agruras do cativo e aos libertos na construção de uma liberdade efetiva.

Vários indícios levam a crer que Henrique Luís Dantas, responsável pelo tratamento da africana Bibiana e pelo seu enterro, em 1885, é o mesmo Ti Henrique, “o primeiro beg”, fundador do terreiro na rua do Cangaleixo.

Segundo depoimento de Bilina, no terreiro Santa Bárbara Virgem eram realizadas três festas tradicionais: o corte do inhame, em setembro; o festejo de Ogodô, em outubro; e a festa de Iansã, no período do Carnaval. De acordo com Dantas, a festa do “corte do inhame,” ou do “inhame novo”, acontecia na época da colheita do inhame (em setembro) e marcava o início do calendário litúrgico do terreiro dos “nagôs”, tendo a função de “liberar o tabu alimentar que os impedem de comer os tubérculos da nova safra”.<sup>6</sup> Nas palavras de Bilina:

O pessoal de Nagô só pode comer do inhame novo depois do corte. Se comer antes o corpo papoca todinho de ferida (...) Tem que dar para eles [orixás] pra depois a gente se servir. *Quando chega no tempo a gente não come. Espera pra oferecer a eles primeiro.*<sup>7</sup>

Também na Bahia, a cerimônia do “inhame novo” era realizada, com objetivos idênticos. Sobre ela podia ser lido, em 1870, em notícia do *Alabama*: “Consiste na consagração dos primeiros frutos da colheita de cada ano às divindades africanas. Antes da celebração dessa cerimônia é vedado aos prosélitos das seitas africanas comer dele”.<sup>8</sup>

Henrique Dantas ficou responsável pelo tratamento médico e pelo enterro da africana Bibiana, e que um dos problemas que tivera, para ser ressarcido do que gastara, foi que entre o valor cobrado incluiu gastos com dois trabalhadores para arrancar inhames da roça de Bibiana e o aluguel de dois cavalos para conduzi-los até sua casa. O problema apontado pelo curador do espólio da finada era que esses gastos eram injustificáveis, pois ultrapassavam o valor dos inhames.

Bibiana morreu em 15 de outubro de 1885, e antes disso estava sendo tratada por Henrique desde o dia 8 de agosto. Não há explicação para que os inhames ficassem “guardados” na casa de Henrique, sem que fossem vendidos, ou consumidos. A situação é esclarecida quando constatamos que Henrique Dantas era o Tio Henrique, pois os inhames esperavam a cerimônia do “corte do inhame” para serem consumidos. Passamos a entender também porque Bibiana fora se “tratar” com Henrique, que não

---

<sup>6</sup> Beatriz Dantas, *Vovó nagô*, p.97.

<sup>7</sup> Citado por Dantas, *Vovó nagô*, p.97. Grifo meu.

<sup>8</sup> *O Alabama*, Salvador, 24/11/1870.

era médico – nem sabia escrever, pois as contas descritas foram arroladas por outra pessoa, a seu pedido - e também porque este ficou responsável pelo seu funeral e enterro.

Sobre a relação de Henrique com sua avó Isméria (ou Esméria), Bilina informou que esta fora malunga daquele, indo morar na casa de Tio Henrique após conseguir comprar a alforria. Com ele morou cerca de três décadas. Um relato parecido com o que Henrique dissera à respeito de Bibiana. É bem possível que as duas tenham, inclusive, residido juntas durante algum tempo, fazendo parte da comunidade do terreiro, cada qual com suas obrigações específicas.

A avó de Bilina, Isméria (ou Esméria), nascida Birunqué, fora trazida para o Brasil em um lote de escravos do qual fazia parte o africano Henrique que, provavelmente, já era uma liderança religiosa em sua terra. Segundo Bilina, o desembarque desses africanos foi clandestino, ficando eles escondidos em barris. Desembarques como esse eram realizados desde a primeira lei anti-tráfico, em 1831, mas não excluiu a possibilidade de que tivessem continuado a existir nos primeiros anos após 1850. Em Laranjeiras, esses escravos foram vendidos para donos diferentes, mas a travessia do atlântico fazia daqueles africanos malungus uns dos outros.

Apesar de compartilharem a experiência comum da escravidão, a comunidade negra da rua do Cangaleixo não era homogênea na fé. Os depoimentos de Bilina informam sobre outra prática religiosa africana existente em Laranjeiras na mesma época em que o terreiro de Ti Henrique era fundado. Além dos “nagôs”, Laranjeiras tinha também um grupo de africanos malês, cujo líder era José Sapucary. Sobre estes, declarou Bilina que:

Nos tempos pra trás só tinha aqui em Laranjeiras nagô e malê. Era tudo da África. Agora quer dizer que a classe deles era outra. Eles não festejavam santo. Era mais assim como negócio de crente. Não tinha muita fé em santo não. Obrigação deles era com o rosário e uma varinha que batia na mesa. [...] A classe dos malês não pegou. A de Xangô (nagô) pegou, mas a de malê [...] Não tem ninguém mais vivo. Tinha uma no asilo mas morreu. Zé Sapucary tinha uma filha que se meteu com Alexandre, mas se acabou tudo de fazer o mal. O chefe deles era muito mal. [...]Ele matava uns aos outros, os companheiros mesmo, para ficar com o dinheiro. [...] Quando Zé Sapucary era

vivo, ele queria misturar com Herculano, este que nós é da banda dele. [...] Agora depois que Zé Sapucary morreu teve malê que passou pro nagô. Foi dançar com Herculano e depois ficou brincando com nós.<sup>9</sup>

Devemos ressaltar que malê era a denominação do nagô islamizado. Mas na narrativa de Bilina, foi feita uma subjunção do ético ao religioso, ou seja, ela interpreta nagô como devoto de orixá. Como bem mostrou Dantas, o depoimento de Bilina é revelador de uma disputa religiosa entre diferentes práticas de origem africana, na qual os malês eram acusados de fazer o mal.<sup>10</sup> Ao descrever os “nagôs”, Bilina os aproximou dos católicos, enquanto que ao descrever os malês, os aproximou dos protestantes, pois, como estes, aqueles “não festejavam santo”. Contudo, declarou conhecimento das práticas dos malês, que teriam “obrigação” com o “rosário” e uma “varinha”. A “varinha” era um instrumento de adivinhação, usada para mexer em um tabuleiro de areia. Sobre o rosário, João Reis mostrou que este era usado durante as preces coletivas malês por aqueles iniciados na religião, mas sugeriu a possibilidade de seu uso também em práticas divinatórias.<sup>11</sup>

Contudo, o comentário de Bilina sobre Zé Sapucary não condiz com a visão que os contemporâneos tinham a seu respeito. Quando faleceu, em 1899, a morte de Sapucary foi comentada pelo jornal laranjeirense, *O Cotinguiba*:

Faleceu nesta cidade no dia sete deste mez o muito conceituado africano José Sapucari. O falecido gozava de uma *sympatia* geral, sabia ler e escrever pelo seu idioma natal e figurava entre seus compatriotas como cônsul representante de todos seus negócios.<sup>12</sup>

Dessa notícia, temos que o malê era uma liderança respeitada. Zé Sapucary ou José Sapucary, era a alcunha de José Carlos da Costa, o que pode ser confirmado no inventário do africano Manoel Curvello de Mendonça, no qual consta que Sapucary ficara responsável por cuidá-lo durante a doença, e pelo funeral após a morte deste, o

---

<sup>9</sup> Dantas, *Vovó nagô*, pp.117-118.

<sup>10</sup> *Ibid*, 117-121.

<sup>11</sup> Reis, *Rebelião escrava no Brasil*, p.231.

<sup>12</sup> *O Cotinguiba*, 12/03/1899 apud Dantas, *Vovó nagô*, p.118.



que pode significar que também Curvello era malê. Também no seu próprio inventário, onde a data de falecimento é a mesma noticiada no jornal, além do que, consta também um recibo de compras à casa comercial Viana & Co, cuja conta era de “José Carlos Sapucary”.

No inventário de seus bens, vê-se que José Sapucary conseguiu acumular uma pequena fortuna, bastante superior à conseguida pelos outros libertos citados. Morava em uma espaçosa residência térrea, em chãos próprios, na antiga rua da Poeira - então, muito apropriadamente, rebatizada de rua 13 de maio - com duas portas e duas janelas de frente e sete janelas para o oitão. Deixara para seus herdeiros, nada menos do que nove casas, todas de frente para a rua do Cangaleixo ou para a rua da Poeira, uma casa em Aracaju e o sítio denominado Taboquinha, no subúrbio de Laranjeiras, com casa e árvores frutíferas. Além disso, possuía 11 canoas com acessórios. Estes bens totalizavam 8 contos e 167 mil réis.

Entre os bens existentes na casa em que residia não foi mencionado nenhum oratório ou santo. No inventário, esta falta é o único indício de que Sapucary pudesse ser um malê, pois, como afirmara Bilina, as imagens não faziam parte do repertório cultural mulçumano. O finado não deixou testamento. Não se preocupara em afirmar que era católico, como fizeram outros africanos, dispor sobre missas, ou a quem legar a sua terça. Já tinha muitos herdeiros, a viúva, Antônia Joaquina da Costa, e os oito filhos: Victorino, Manoel Carlos, Maria, Otto, Germana, Vitalina, Joaquina e Ascendina. Os dois primeiros eram frutos de uma união que tivera com Isabel Telles antes de casar-se, nascidos em 1861 e 1864, respectivamente, os quais perfiliou em cartório. O uso desta não era tão comum quanto o testamento, indica um conhecimento dos papéis e trâmites cartoriais e também o desejo de assegurar, sem margem de dúvidas, que a herança fosse igualmente partilhada por Victorino e Manoel Carlos. Não sei se estes dois filhos mais velhos foram escravos, mas os outros seis filhos, com idades entre 3 e 12 anos, não conheceram a escravidão. Nenhum dos oito tinha qualquer sobrenome senhorial e a perfiliação mostra a preocupação de José Carlos da Costa com a paternidade e com a família; todos os seus filhos tinham por sobrenome o seu próprio nome, José da Costa.

A encomendação de seu corpo foi solene e em casa, tendo o pároco responsável acompanhado o corpo vestido da capa de asperge, o que encarecia a solenidade. Com a

encomendação, além de funeral e enterro, a viúva Antônia Joaquina gastou a avultada quantia de 430 mil réis, valor superior a uma das oito casas que Sapucary possuía na rua da Poeira. Infelizmente não há detalhes dos gastos.

As posses que adquiriu indicam que o africano José Sapucary já se havia estabelecido há algum tempo. Talvez o dinheiro para começar os seus investimentos em casas e canoas tenha sido conseguido a partir do desempenho de suas funções religiosas. Os malês eram muito respeitados pela comunidade africana, e não só a mulçumana, que os tinham como profundos conhecedores da magia. Por sua fama, seus serviços podem ter sido solicitados até mesmo por clientes de outras esferas sociais, como o secretário do chefe de polícia, citado no jornal de Francisco Alves.<sup>13</sup> (inserir citação)

Outros conhecimentos podem ter facilitado a sua inserção na sociedade laranjeirense. O seu conhecimento de uma língua escrita, por exemplo, ainda que não fosse o português, seguramente lhe dava prestígio entre outros africanos, acostumados com uma cultura oral. Por outro lado, a própria escrita malê era considerada um veículo de magia, capaz de proteger contra acidentes, senhores, doenças, espíritos e outros tormentos. Fragmentos do Corão eram, assim, usados na confecção de amuletos que tinham ampla circulação na África e também na Bahia, na época do levante dos malês e em períodos posteriores.<sup>14</sup>

Os bens acumulados faziam de Sapucary alguém capaz de alojar e empregar outros africanos e brasileiros também. As canoas deviam ser alugadas para o serviço de transporte de pessoas e mercadorias, ou para pesca no rio Cotinguiba e na ampla rede fluvial dos arredores; enquanto as casinhas podiam ser alugadas tanto para residência quanto para a venda de quitandas, sendo que uma coisa não excluía a outra. A rua do Cangaleixo e a da Poeira estavam muito bem localizadas para esta finalidade, pois enquanto uma terminava na praça da feira, a outra passava por trás desta, de frente para o rio Cotinguiba. Provavelmente, por todas essas qualidades, José Carlos da Costa, Sapucary tenha sido considerado pelos seus compatriotas “cônsul representante de todos os seus negócios” - como dissera o artigo no jornal.

---

<sup>13</sup> Ibid., p.549.

<sup>14</sup> Ibid., pp.180-196.

Ainda que houvesse uma disputa por um mercado religioso entre as lideranças “nagôs” e malês, como afirmou Bilina, algum nível de entrosamento deve ter existido. Tanto que esta dissera que quando Sapucary morreu, os malês “foram brincar” com os nagôs. Era muito provável que fossem todos iorubás, o que facilitava esse trânsito: uns haviam aderido ao islamismo, outros mantiveram suas devoções aos orixás, e não é de todo improvável que algumas das tradições iorubanas ainda fossem mantidas pelos malês.

Escrevendo sobre as relações entre os iorubás praticantes dos ritos tradicionais e os islamizados, no Rio de Janeiro, Karasch sugeriu que muitos minas mulçumanos haviam passado por uma conversão recente ao islã, antes de serem trazidos para o Brasil, e que era provável que ainda praticassem alguns dos rituais iorubás tradicionais. Também na Bahia, João Reis sugeriu que isso acontecia. É possível que alguns desses malês de Laranjeiras possam ter um dia morado na Bahia, e quem sabe continuavam a manter contatos com a comunidade mulçumana de lá. Após a repressão à revolta de 1835, o islamismo tornou-se uma prática clandestina, o que, segundo Reis, contribuiu para que perdesse espaço para o candomblé.<sup>15</sup>

Existia, portanto, um repertório religioso original conhecido de ambos os grupos, sendo bem possível que alguns indivíduos tenham feito alguma conversão tanto em direção ao “nagô”, como em direção ao Islã, antes da morte de Sapucary.<sup>16</sup> A escolha da rua do Cangaleixo/Poeira como sede nagô e malê é evidência de uma solidariedade negra que se colocava acima das disputas religiosas.

O que aqui nos interessa é a interação social desses africanos ladinos - circulando entre cartórios, comprando, vendendo, fazendo testamentos, arrendando terras – e, ao mesmo tempo, o empenho na criação de uma cultura com forte dose de autonomia. Sacerdotes negros, como Henrique, Herculano e Sapucary, eram de suma importância para a comunidade africana e crioula, ali cumprindo papéis religiosos, médicos, sociais e econômicos. Do ponto de vista espiritual, aconselhavam por intermédio de consultas divinatórias e faziam feitiços. Ou podiam, como no exemplo de

---

<sup>15</sup> Reis, *ibid*, p.548.

<sup>16</sup> Dantas informou sobre um casal africano cuja mulher era malê, enquanto o homem era nagô; e sobre a existência de um canto específico dos malês no candomblé nagô. Dantas, *anotações de pesquisa*. Karasch, *Vida dos escravos*, pp. 375-376.

Tio Henrique, ir muito além disso, constituindo uma comunidade de culto às divindades africanas, com obrigações, hierarquias e calendário ritual. Do ponto de vista médico, não de todo separado do espiritual, eles supriam necessidades essenciais da população, cuidando da saúde do corpo onde o Estado não estava presente.<sup>17</sup> Do ponto de vista econômico e social, auxiliavam os libertos no começo de uma nova vida. As contas dos inventários e as verbas testamentárias indicam que eles tratavam os africanos durante a sua doença, cuidavam do seu espírito após a morte e zelavam pela economia interna da comunidade, se empenhando para que os amigos e herdeiros recebessem as devidas heranças e os pagamentos de dívidas.

Na interpretação de escravos e libertos a conquista da liberdade não se esgotava com a compra da alforria. Àqueles que lograram conseguir a liberdade antes do fim do regime escravista, coube a imensa responsabilidade de demarcar um lugar social. Os exemplos de solidariedade e de vida comunitária, presentes nos inventários, serviam para tornar efetivo um conceito de liberdade. Tal lugar estava sendo edificado a partir de dois pilares fundamentais: trabalho e cultura. A aquisição de terras, por compra ou por “posse mansa e pacífica”, e de casas e canoas permitiu aos libertos um poder de barganha com os ex-senhores pela forma como, a partir de então, viveriam e trabalhariam. Possibilitou empregar e alojar outros egressos do cativoiro – parentes, malungos e companheiros de fé - fornecendo condições mínimas de assistência que não os deixavam inteiramente entregues aos ditames senhoriais/patronais. Nesse sentido, ser livre implicava na possibilidade de criar muito das próprias regras: escolha de serviços, ritmo de trabalho, distribuição de tarefas, onde morar, estruturação familiar e escolha da fé.

---

<sup>17</sup> Ver Karasch, *Vida dos escravos*, pp.352-353; e Silveira, *O candomblé da Barroquinha*, p. 246.